



Resumo de Notícias

05015099859/SG/2016 - São Paulo, 12 de maio de 2016.

NOTA DA CUT



Em reunião plenária do Senado, realizada hoje, dia 11 de maio, foi aprovado por 55 a 22 votos a admissibilidade do impeachment da Presidenta Dilma, que foi afastada do cargo por um período de até 180 dias, para que o processo seja concluído. Chega-se, assim, aos momentos finais do mais infame golpe cometido contra a democracia brasileira, desde que ela foi reconquistada pelo povo brasileiro ao derrotar nos anos oitenta a ditadura militar.

A CUT vem protagonizando, junto com as forças democrático-populares, representadas pela Frente Brasil Popular e pela Frente Povo Sem Medo, uma longa luta de resistência contra a iniciativa das forças conservadoras brasileiras que usam a farsa do impeachment para usurpar o poder conquistado nas urnas pela Presidenta Dilma, sem que ela tenha cometido nenhum crime de responsabilidade. Isto é golpe.

Ao dar continuidade ao ritual prescrito pelo poder judiciário os senadores, entre os quais vários estão sendo investigados sob a suspeição de crime, condenam uma inocente. Isto é inaceitável e mancha, de forma vergonhosa, nossa história republicana.

O golpe foi arquitetado pelas forças conservadoras, instigado pela mídia oligopolizada e financiado por empresários nacionais que querem retirar direitos da classe trabalhadora e por empresas multinacionais interessadas na privatização de empresas brasileiras e em nossas riquezas naturais, como o Pré-Sal. Tem sido apoiado pelos

setores reacionários da classe média com suas patéticas manifestações e seu rito foi formalizado pelo poder judiciário. Foi conduzido na sua primeira fase de forma escandalosa pela Câmara dos Deputados e está sendo finalizado agora pelo Senado, cuja maioria capitula diante da pressão do poder econômico, tornando-se cúmplice da ruptura da ordem democrática. Ao contrário do que propala a grande mídia, de que nossas instituições políticas continuam sólidas, a farsa do impeachment revela a que estágio de decomposição elas chegaram.

A CUT não reconhece o governo Temer e o condena como ilegítimo, por desrespeitar a vontade da maioria dos cidadãos brasileiros que elegeu a Presidenta Dilma com 54 milhões de votos em 2014, portanto é o único governo eleito e legítimo. Junto às forças democrático-populares representadas pela FBP e pela FPSM, resistirá a toda e qualquer iniciativa de criminalizar os movimentos sociais, de retirar direitos dos/as trabalhadores/as. Combaterá medidas já anunciadas visando precarizar as relações de trabalho, diminuir o investimento nas políticas sociais, arrochar os salários, acabar com a política de valorização do salário mínimo, privatizar estatais e anular despesas constitucionais obrigatórias com saúde e educação, piorando a qualidade das políticas públicas. Não aceitaremos que a classe trabalhadora e os setores mais pobres da população sejam onerados com mais sacrifícios. A CUT resistirá igualmente a qualquer iniciativa de abdicar da soberania nacional diante dos centros imperialistas.

Conclamamos nossas bases a resistir ao governo Temer. Lutamos até agora contra o golpe e continuaremos lutando, nas ruas e nos locais de trabalho, para reconduzir o país ao Estado de Direito, ao regime democrático e para fortalecer o povo, de onde emana todo o poder, para efetuar a necessária reforma de nossas instituições políticas.

**NÃO AO GOLPE! FORA TEMER! NÃO MEXAM EM
NOSSOS DIREITOS!**

DIREÇÃO EXECUTIVA DA CUT



Resumo de Notícias

12/05/2016 - Instituto Telecom

Na reta final, Dilma assina decreto que regulamenta o Marco Civil da Internet

Em um dos prováveis últimos atos como presidente da República, Dilma Rousseff assinou nesta quarta-feira (11) o decreto que regulamenta o Marco Civil da Internet, uma espécie de Constituição brasileira para uso da rede mundial de computadores.

As normas estabelecidas pela petista constarão no Diário Oficial da União desta quinta-feira, ao que tudo indica, último dia em que ele ocupará a principal cadeira do Executivo Federal.

Conforme a Folha revelou nesta terça (10), a presidente pretendia finalizar o processo do Marco Civil antes de deixar o Palácio do Planalto.

O Senado deverá confirmar até o final da madrugada desta quinta-feira a aprovação do processo de impeachment de Dilma. Caso isso ocorra, ela será afastada por até 180 dias, e Michel Temer ocupará a presidência da República.

Os técnicos da Casa Civil estavam trabalhando até

a tarde desta quarta (11) nos últimos ajustes para que o texto fosse finalizado e rubricado pela presidente antes da sessão em que os senadores apreciariam o pedido de impedimento.

Nas últimas 72 horas, Dilma procurou interlocutores de sua confiança, conhecedoras do tema, para opinarem sobre a versão final do decreto.

O Marco Civil da Internet foi aprovado pelo Legislativo e sancionado pela presidente no primeiro semestre de 2014, após uma longa discussão no Congresso, sobretudo na Câmara dos deputados.

A tramitação da matéria marcou um dos mais difíceis embates travados pelo Palácio do Planalto com Eduardo Cunha (PMDB-RJ), à época, líder do partido na Câmara. O peemedebista era contra a neutralidade da rede, ponto fundamental do projeto, na avaliação do governo.

12/05/2016 - Telesíntese

Tim aposta em dados para retomar crescimento da receita

Empresa quer intensificar resultados como a expansão de venda de serviços inovativos, que foi de 26% anual.

A intensificação no uso de dados por sua base de clientes é a aposta da TIM para retomar o crescimento. Para isso, conta com demanda ainda não explorada em 4G e nos resultados com a renovação da sua plataforma de serviços feita no ano passado. Segundo a empresa, o resultado do primeiro trimestre, com queda de 54% no lucro e de 15,3% na receita, ainda reflete o cenário de instabilidade macroeconômica.

Para Guglielmo Noya, CFO da companhia, ainda há muito potencial do 4 g inexplorado que poderá ajudar com que a receita de dados continue crescendo nos próximos trimestres. Atualmente, essa receita

representa 43% do total. Com a liderança no cobertura 4G, a operadora conta com cercade 70% da sua base de clientes distribuídos entre as plataformas 3 G e 4G. Na comparação anual, teve expansão de 55% em 3 G e 14% em 4G.

Isso teve reflexo também sobre o BOU (bytes por uso), que passou de 340 no primeiro trimestre de 2015 para 502 um ano depois. O ARPU de dados teve acréscimo de 29% ano a ano e a receita de serviços inovativos (dados mais valor agregado exceto SMS) ampliou 26%.



Resumo de Notícias

12/05/2016 - Rede Brasil Atual

Manifestações ganham o país para dizer que Temer é golpista



Com o novo cenário do afastamento da presidenta Dilma por 180 dias, onde o golpe foi imposto e a jovem democracia e constituição estão sob ameaças, diversas manifestações estão marcadas para denunciar que o governo Temer é ilegítimo e pretende sangrar a classe trabalhadora com sua agenda neoliberal.

Organizados pela Frente Brasil Popular e Povo Sem Medo, as manifestações têm ganhado forte adesão popular, como exemplo, o ato que ocorreu nesta quinta-feira (12) em São Paulo, reunindo 50 mil pessoas, que não aceitam as manobras políticas da direita, que orquestraram uma verdadeira cassada ao mandato da presidenta Dilma, desde que perderam as últimas eleições presidenciais.

Os movimentos sociais em peso, divulgaram notas não reconhecendo um governo que não foi eleito pelo voto direto do povo.

Confira a agenda de manifestações:

São Paulo

Fora Temer - Domingo (15) às 14h, no Masp

Rio de Janeiro

Temer, Jamais! Sexta (13) às 18h na Cinelândia

Fora Temer! Domingo (21), no Posto 6, praia da Copacabana

Carnaval pela democracia - 18h - Cinelândia

Temer JAMAIS - 17h - Cinelândia

Belo Horizonte (MG)

Fora Michel Temer - Domingo (15) às 10h, na Praça da Liberdade

Brasília (DF)

Fora Michel Temer - Domingo (15), às 10h, no Palácio do Planalto

Vitória (ES)

Temer, Jamais! Sexta-feira (13) Ufes, Avenida Fernando Ferrari, 514, às 17h

Natal (RN)

Fora, Temer! Domingo (15) às 16h, no Midway Mall Av. Bernardo Vieira

***** Não encontrou sua manifestação aqui? Mande uma mensagem inbox na página do Vermelho no Facebook, informando o nome da cidade, data e local do evento.**



Resumo de Notícias

12/05/2016 - CUT

O golpe é contra o povo pobre e os trabalhadores

A FUP e os seus sindicatos, portanto, não reconhecem um governo sem legitimidade das urnas



A FUP NÃO RECONHECE UM GOVERNO GOLPISTA.

O povo brasileiro acordou nesta quinta-feira, 12, com o país mergulhado em um golpe, que deixará cicatrizes profundas na nossa democracia. Apesar da notória arbitrariedade que versa sobre o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, o Senado aprovou a sua admissibilidade por 55 votos contra 22.

Sem cometer crime algum que desabone os 54 milhões de votos que recebeu dos eleitores brasileiros, Dilma foi ilegalmente afastada do cargo de presidente da República por senadores e deputados que respondem a processos na Justiça e nos Tribunais de Contas. Um julgamento ideológico e sem bases legais. Uma farsa montada pela mídia e pelos empresários, que jamais admitiram um governo de oportunidades para todos que luta por um país forte sem subserviência. Tudo com a conivência do judiciário.

O impeachment da presidente Dilma é mais um capítulo da luta de classes que sangra o Brasil há séculos. O objetivo dos golpistas é derrotar um projeto popular democrático que pela primeira vez colocou o povo pobre no centro da agenda nacional, com

políticas sociais inclusivas e um programa de combate à fome que é exemplo internacional.

O golpe que assombra o mundo é contra os 36 milhões de brasileiros que foram retirados da linha de pobreza ao longo dos últimos 13 anos. O golpe é contra as conquistas sociais e os direitos dos trabalhadores. O golpe é contra um Estado forte e soberano.

O impeachment arbitrário instaurado contra a presidente Dilma é uma quebra institucional que terá consequências graves para a democracia. Mas tão perverso quanto isso, é o risco do país retroceder ao projeto conservador e excludente, que vem sendo rejeitado nas urnas desde 2002.

A FUP e os seus sindicatos, portanto, não reconhecem um governo sem legitimidade das urnas, que é resultado de uma conspiração golpista. Os petroleiros continuarão mobilizados junto com as demais categorias e os movimentos sociais em defesa da democracia e da soberania nacional. Seguiremos na luta por um Estado desenvolvimentista, onde a Petrobrás e o Pré-Sal sejam instrumentos de transformação social para o povo brasileiro.



Resumo de Notícias

12/05/2016 - Altamiro Borges

Oi acredita em solução regulatória para recuperação

Aprovação de TACs da ordem de R\$ 5 bilhões e mudança nas regras para concessões vão criar "ambiente mais sustentável", diz o CEO da companhia.

Durante a conferência com analistas dos resultados financeiros da Oi no primeiro trimestre, em que apurou prejuízo quase quatro vezes maior e dívida líquida crescente, o CEO da operadora, Bayard Gontijo, destacou a importância de medidas regulatórias para ajudar a empresa a ter perspectivas positivas no curto prazo.

O maior destaque foi dado aos termos de ajustamento de conduta, TACs, que tramitam há anos na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), e que, se aprovados, permitiriam a troca de multas junto à agência por investimentos em infraestrutura ou benefícios ao consumidor. "TACs e revisão dos contratos concessões contribuirão para a transformação da Oi", resumiu.

O primeiro TAC está focado em qualidade e em universalização de serviços, e já recebeu aprovação de três integrantes do conselho diretor da Anatel. Gontijo ressaltou que, uma vez aprovada, o termo segue para aval do Tribunal de Contas da União (TCU), onde, caso aprovado sem mudanças, poderá ser implementado em 30 dias. Vale lembrar que, apenas este ano, uma decisão da Anatel sobre o tema já foi adiada três vezes.

Este primeiro termo levaria a revisão de multas que ultrapassam os R\$ 2,1 bilhões. "Acreditamos que, uma vez aprovado este, os demais serão aceitos de forma mais rápida", observou. Ao todo, os TACs somam cerca de R\$ 5 bilhões, que deverão ser reverti-

dos em investimento nos próximos quatro anos.

A revisão dos contratos de concessão também é visto como fundamental para catalisar os resultados da empresa e reverter a tendência negativa. "Prendemos que o modelo deva ser consistente com a demanda do mercado brasileiro", reiterou o CEO da Oi. A companhia lembrou que duas propostas do conselho diretor da Anatel mostram a intenção em transformar o modelo concessões em algo similar ao de autorizadas. Assim, haveria redução "substancial" nas obrigações a que a companhia está sujeita.

Entre os benefícios financeiros à Oi, diretamente, a revisão pode extinguir a taxa bianual de concessão, de 2% das receitas de voz fixa, e "liberar os bens reversíveis e não reversíveis".

"Como resultado da revisão das concessões teremos um modelo com metas mais razoáveis, autonomia para gerenciar ativos e políticas voltadas à banda larga. Haverá um ambiente mais sustentável para investimento no negócio principal", falou Gontijo, para quem o novo marco vai ajudar a destravar investimentos.

O executivo acredita que, tanto a aprovação dos TACs, quanto a revisão dos contratos de concessão, acontece ainda este ano. Ele deixou claro, durante a conferência, que não poderia comentar os acordos de revisão da dívida que a empresa negocia com credores, sob condição de sigilo.